

REGULAMENTO DO CONCURSO COMUM RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE 1 (UM)

TÉCNICO NÍVEL I

ÁREA DE ANÁLISES CLÍNICAS

[Click aqui para se candidatar](#)

I.

Identificação da Entidade promotora

1. **Entidade promotora do concurso:** Instituto Nacional de Saúde Pública
- INSP
2. **Direção de Serviço/departamento:** Laboratórios do INSP

II.

Identificação do procedimento concursal

1. **Procedimento concursal N°:** 01 /INSP/2022
2. **Tipo de Concurso:** Procedimento Concursal Restrito
3. **Modalidade quanto à origem dos candidatos:** interno
4. **Modalidade quanto à natureza das vagas:** Ingresso

III.

Função/ Nível/ Número de vagas / Quota para deficiente/Regime/ Natureza do vínculo/ Remuneração /

1. **Função:** Técnico
2. **Nível:** Nível I
3. **Número de vagas:** 01 (um)
4. **Quota para pessoa com deficiência:** 0%
5. **Regime:** Carreira
6. **Natureza do vínculo:** Nomeação
7. **Remuneração ilíquida:** 67.396\$00

Habilitações literárias de Base/Área de Formação

1. **Habilitações literárias de base:** Licenciatura ou Mestrado Integrado
- a) **Área(s) de formação:** Análises Clínicas, Biomedicina e/ou Biologia.

IV.

Requisitos/perfil/disponibilidade/atribuições

1. São requisitos obrigatórios para o ingresso:

- a) Ter nacionalidade Cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter idade não inferior a 18 anos;
- c) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- e) Ter Habilitação Literária que confere Grau de Licenciatura na área.
- f) Funcionários do INSP de qualquer que seja a natureza do vínculo jurídico.

2. O candidato deve ter o seguinte perfil:

- a) Licenciatura em Análises Clínicas, Biomedicina e/ou Biologia.
- b) Experiência profissional, de pelo menos **2 anos em** funções equivalentes ou relevantes para a função para qual está sendo recrutado;
- c) Formação complementar em: mestrado ou especialidade em biologia molecular ou análises clínicas é uma mais valia.
- d) Capacidade técnica e conhecimentos científicos, para colheita de fluidos biológicos, processamento de amostras biológicas e execução procedimentos técnicos de análises nas especialidades, biologia molecular, microbiológica, físico-químico, por meio da operação de equipamentos da área e com recurso a softwares específicos e aplicar métodos de análise de dados estatísticos;
- e) Relacionar-se com o cliente/paciente, prestando informações sobre o cuidado e procedimento para a realização da colheita de fluidos biológicos;
- f) Capacidade para manipular, armazenar e transportar os diferentes tipos de amostras biológicas utilizando adequadamente anticoagulantes e

- conservantes apropriados e garantir o seu transporte com segurança;
 - g) Competência para avaliar os resultados das análises realizadas, detetando e comunicando as anomalias relativamente ao estabelecido, caso existam;
 - h) Elaborar relatórios, efetuando cálculos e registando em tabelas e gráficos os dados relativos às operações de controlo dos ensaios realizados.
 - i) Capacidade de expressão oral e escrita em português;
 - j) Capacidade de persuasão, de negociação, de trabalhar sob pressão e de gestão do tempo para cumprimento de prazos;
 - k) Conhecimento das legislações administrativas e laborais;
 - l) Boa capacidade de relacionamento interpessoal e gosto pelo trabalho em equipa;
 - m) Dinamismo, pro-atividade, motivação, ética, integridade, descrição, sigilo e forte sentido de responsabilidade;
 - n) Domínio das aplicações do Microsoft Office (Word, PowerPoint e Excel);
 - o) Capacidade de desdobramento em várias tarefas com elevado grau de complexidade;
 - p) Conhecimento da língua inglesa e/ou francesa.
3. **O candidato deve estar disponível para:**
- a) Ocupar imediatamente o cargo;
 - b) Exercer funções em qualquer Laboratório do INSP, onde o INSP tiver ou vier a ter os serviços.
4. **São atribuições do serviço onde o funcionário será afetado:**
- a) Definir, promover e executar as políticas do Governo em matéria da saúde;
 - b) Contribuir na formulação e execução da política de saúde exercendo, por um lado, funções de programação, planeamento e gestão, e por outro, de regulamentação, orientação, inspeção e fiscalização;

- c) Definir políticas que visem alargar a base de cobertura de todas as categorias populacionais, garantir a sustentabilidade financeira e assegurar a proteção aos beneficiários do Sistema de Segurança Social.

5. O candidato selecionado deve desempenhar as seguintes funções:

- a) Orientar o paciente sobre os procedimentos para a recolha de amostras biológicas;
- b) Efetuar colheita de amostras biológicas, ambientais e alimentares;
- c) Proceder a preparação de amostras biológicas para processamento laboratorial;
- d) Realizar e interpretar exames nas áreas de Imunoserologia, Parasitologia, microbiologia, físico químico e Virologia;
- e) Realizar o controlo de qualidade interno diário tomando as medidas ao seu alcance para a correção das não conformidades;
- f) Proceder à preparação de reagentes para serem utilizados conforme instruções;
- g) Organizar e elaborar dados estatísticos, com a produção de relatórios técnicos;
- h) Manter organizado o laboratório, zelar pela limpeza dos utensílios de trabalho e conservação dos equipamentos e das instalações;
- i) Zelar pela preservação das amostras biológicas, ambientais e alimentares, equipamentos e outros, conforme orientação;
- j) Zelar pela higiene e biossegurança no trabalho diário;
- k) Participar em atividades de formação quando indigitado.
- l) Colaborar com as estruturas de organização de vigilância sanitária.
- m) Gerir os recursos humanos colocados a sua disposição e planificar as várias atividades de laboratório;
- n) Gerir o stock de material, equipamento e reagentes;
- o) Orientar e motivar o pessoal subordinado em ações que visem a melhoria dos conhecimentos e da atitude;

- p) Promover reuniões periódicas de estudos científicos ou de reciclagem a fim de manter seu pessoal atualizado;
- q) Divulgar as técnicas e parâmetros dos serviços prestados pelo laboratório;
- r) Executar outras tarefas relacionadas às acima expostas, de igual nível e complexidade;
- s) Exercer outras atribuições que superiormente lhe forem incumbidas.

V.

Apresentação de candidaturas

1. Forma e lugar de apresentação de candidaturas

[Click aqui para se candidatar](#)

- a) As candidaturas podem ser apresentadas em **formato papel** ou preferencialmente em suporte eletrónico.
- b) A **apresentação** da candidatura em **suporte papel** é efetuada na **recepção da Direção Nacional da Administração Pública- DNAP**, sendo que, no ato de recepção da candidatura efetuada presencialmente, é obrigatória a emissão de recibo, que deve ser guardado.
- c) A **apresentação** da candidatura em **suporte eletrónico** é efetuada na plataforma eletrónica *LimeSurvey* em utilização na DNAP, devendo os candidatos imprimir e guardar o correspondente recibo comprovativo.
- d) Na **apresentação** da candidatura ou de documentos **através de correio registado** com aviso de recepção atende-se à **data do respetivo registo** para efeitos de contagem do prazo de impugnação.

2. Prazo para apresentação de candidaturas:

O **prazo** de submissão de candidatura é de, **10 (dez) dias de calendário**, a **contar do 5º dia a seguir** ao da publicação do presente regulamento de concurso no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP e no site oficial do INSP <https://www.insp.gov.cv>.

3. Documentos a apresentar:

- 1. No ato de candidatura os candidatos devem **apresentar obrigatoriamente** os

seguintes **documentos** e informações comprovativos da titularidade dos requisitos legalmente exigidos para o provimento das vagas a preencher:

- a) Requerimento de candidatura conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente regulamento;
 - b) Fotocópia do documento de identificação;
 - c) Atestado médico válido, para a prova da robustez física e perfilpsíquico;
 - d) Atestado de registo criminal válido, para a prova da habilidade para o exercício de funções públicas;
 - e) Fotocópia do Certificado de conclusão de curso ou formação realizado em Cabo Verde, ou Certificado de equivalência, em caso de curso ou formação realizado fora de Cabo Verde, para prova de habilitações literárias exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar;
 - f) Curriculum Vitae;
 - g) Comprovativo de experiencia profissional requerida no perfil;
 - h) Declaração de compromisso (assinada e reconhecida em cartório) de que casovier a ser selecionado, estará disponível para trabalhar em qualquer parte do Território Nacional (em **Anexo III**).
2. O candidato **pode** ainda apresentar:
 - a) Comprovativo de formação complementar;
 - b) Histórico curricular, para efeito de verificação das cadeiras específicas.
 3. A falta de documentos **obrigatórios** exigidos no regulamento de concurso, no dossier de candidatura, implica a exclusão do candidato na Verificação Documental.
 4. Não se encontram abrangidos pela exclusão referida no número anterior os candidatos que não apresentem documentos obrigatórios cuja emissão depende de uma instituição, desde que a sua apresentação seja efetuada no prazo de 5 (cinco) dias seguidos após o término do prazo de candidatura e devendo neste caso, o candidato juntar no lugar do documento o recibo comprovativo do pedido de sua emissão;

5. Na situação prevista no número anterior, o candidato deve enviar a documentação em falta através do endereço eletrónico concursos.publicos.rh@gmail.com ou proceder à sua entrega na receção da DNAP, caso for apresentada em formato papel, **identificando a entidade promotora do concurso e o número de concurso ao qual se candidatou.**
6. **A DNAP não se responsabiliza pelas candidaturas que deixem de ser concretizadas na plataforma eletrónica por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que não sejam da sua responsabilidade.**

VI.

Verificação documental

1. Findo o prazo para a apresentação de candidaturas, procede-se à verificação documental.
2. A verificação documental consiste na atividade de verificação, da entrega pelos candidatos de todos os documentos considerados obrigatórios de acordo com o regulamento de concurso.
3. Na verificação documental, **são excluídos os candidatos** que:
 - a) Não procedam à entrega de pelo menos 1(um) dos documentos obrigatóriosexigidos no concurso;
 - b) Procedam à entrega dos documentos obrigatórios exigidos, fora do prazoestabelecido no regulamento do concurso;
 - c) Procedam à entrega de documentos obrigatórios exigidos fora dos respetivosprazos de validade;
4. O prazo de validade do **registo criminal é de 3 meses** de acordo com a lei;
5. O prazo de validade do **atestado médico**, para efeitos de concurso, **é de 6 mesesse outro não resultar do próprio atestado**;
6. Nesta fase, o Júri de concurso verifica ainda, a capacidade de o candidato com deficiência exercer a função, mediante a análise do documento médico oficial quecomprova a deficiência.
7. Finda a verificação documental, é elaborada a **lista final de candidaturas**

admitidas e não admitidas, que deve conter de forma sucinta, as razões de exclusão dos candidatos e a indicação expressa do prazo para reclamação.

VII.

Métodos de seleção aplicados no concurso

1. Para efeito de seleção dos candidatos no presente concurso, são aplicados **obrigatoriamente** os seguintes métodos de seleção:
 - a) Triagem curricular;
 - b) Provas de conhecimento;
 - c) Provas de avaliação de competências;
 - d) Entrevista de seleção.
2. Os métodos referidos no número anterior são, aplicados **de forma faseada**, por ordem de precedência com que são enunciados no número anterior e **têm caráter eliminatório**.
3. **Triagem Curricular** - visa avaliar os requisitos, as qualificações e a experiência profissional do candidato na área relevante para o cargo ou a função a desempenhar com base na análise do respetivo currículo profissional.
 - 3.1. Na triagem curricular, de acordo com as exigências da função em que se inserem as vagas a preencher, são obrigatoriamente considerados:
 - a) **Habilitação Literária de Base (HLB)** - (habilitação académica de base ou níveis de qualificação profissional de base) concluídas, reconhecidas ou certificadas pelas entidades competentes, na(s) área(s) solicitada(s), à data do término das candidaturas;
 - b) **Formação complementar (FC)**, em que se consideram as pós-graduações (mestrado ou doutoramento), ou as ações de formação e aperfeiçoamento profissional e que traduzem competências relevantes para a função;
 - c) **Experiência Profissional (EP)**, em que se considera o desempenho efetivo de funções na área relevante ou na função para a qual o concurso é aberto por um determinado período de tempo.
 - 3.2. O resultado da triagem curricular é expresso da seguinte forma:

- a) **Aceite**, quando o currículo do candidato se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.
- b) **Não aceite**, quando o currículo do candidato não se adequa ao perfil mínimoda função previamente definido no presente regulamento.

3.3. No método de triagem curricular, **os candidatos são excluídos** pelos seguintes

motivos:

- a) Não cumprimento dos requisitos definidos no perfil da função;
- b) Desadequação do perfil, da habilitação literária de base, da experiência profissional, da formação complementar ou de outros requisitos, face ao perfil da função.

3.4. Na Triagem curricular **apenas são considerados os elementos cuja comprovação consta do dossier de candidatura.**

4. **Prova de Conhecimentos (PC)** - visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício de uma determinada função.

4.1. As provas de conhecimentos, relativamente **ao conteúdo**, podem ser Gerais e Específicas;

4.2. As provas de conhecimentos são de **natureza Teórica**;

4.3. As provas de conhecimentos são elaboradas com **questões diretas** e/ou **questões demúltipla escolha.**

4.4. Os resultados das provas de conhecimentos são valorados na **escala de 0 a 20 valores**, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva** a pontuação **igual ou superior a 10 valores**;

4.5. O resultado da Prova de conhecimentos é expresso da seguinte forma:

- a) **Aprovado**, correspondendo-lhe a **pontuação igual ou superior a 10** valores;
- b) **Não aprovado**, correspondendo-lhe a **pontuação inferior a 10 valores.**

- 4.6. No método provas de conhecimentos, **são excluídos** os candidatos que tenham obtido a classificação **inferior a 10 valores**, ou seja, **não aprovado**.
- 4.7. A **duração** da prova de conhecimento é de 02:00 (duas horas).
- 4.8. Na realização das provas de conhecimentos na forma escrita é garantido o anonimato para efeitos de correção.
- 4.9. As **matérias para a prova de conhecimentos** serão indicadas no **Anexo II**, que faz parte integrante deste regulamento.
5. **Provas de avaliação de competências** - destinam-se à recolha de informação sobre cada um dos candidatos, através de provas diversas, individuais ou de grupo, ou que permitem avaliar e comparar os diversos candidatos nas competências comportamentais, aptidões e motivações exigidas ou desejáveis para o desempenho da função na qual se inserem as vagas a preencher.
 - 5.1. As provas de avaliação de competências são de **natureza prática**;
 - 5.2. As provas práticas de conhecimentos consideram os parâmetros de avaliação, tais como a perceção e compreensão da tarefa, a qualidade de realização, a celeridade na execução e o grau de conhecimentos técnicos demonstrados.
 - 5.3. O resultado das provas de avaliação de competências técnica é valorado na **escala de 0 a 20 valores**, com a valoração até às décimas, considerando-se **positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores**.
 - 5.4. O resultado das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é expresso da seguinte forma:
 - a) **Muito favorável**, correspondendo-lhe a **pontuação igual ou superior a 15 valores**;
 - b) **Favorável**, correspondendo-lhe a **pontuação de 10 a 14 valores**;
 - c) **Não favorável**, correspondendo-lhe a **pontuação inferior a 10 valores**.
 - 5.5. No método provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões, **são excluídos os candidatos** que revelem uma desadequação do perfil e ou da experiência profissional ou de outros requisitos, face ao perfil da função, e que tenham obtido a **classificação inferior a 10 valores, ou seja, não favorável**.

6. **Entrevista (E)** - visa avaliar e comparar, numa relação interpessoal, as aptidões e motivações dos candidatos.
 - 6.1. A aplicação da entrevista de seleção baseia-se num guião, composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido.
 - 6.2. O resultado da entrevista de seleção é valorado na escala de **0 a 20 valores**, coma valoração até às décimas, considerando-se **positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores**.
 - 6.3. O resultado da entrevista de seleção é, expresso da seguinte forma:
 - a) **Muito favorável**, correspondendo-lhe a pontuação igual ou superior a **15** valores;
 - b) **Favorável**, correspondendo-lhe a pontuação de **10 a 14** valores;
 - c) **Não favorável**, correspondendo-lhe a pontuação inferior a **10** valores.
 - 6.4. Na entrevista, **são excluídos** os candidatos que revelem uma menor adequação ao perfil, quando comparados com outros candidatos e que tenham obtido a **classificação inferior a 10 valores**, ou seja, **não favorável**.

VIII.

Critérios de classificação preferencial

1. No presente concurso **Interno** para ingresso em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final:
 - a) Os candidatos portadores de deficiência, desde que não impeditivos parao exercício da função, com preferência para os desempregados;
 - b) Os candidatos que tenham frequentado com aproveitamento o estágio profissional na Administração Pública.
 - c) Os candidatos que se encontrem em situação de desemprego;
 - d) O candidato que desempenhe funções ou resida fora do município em que se situa a entidade promotora do concurso, desde que nesse município ou em município limítrofe o cônjuge ou unido de fato tenha um vínculo com a administração pública ou com uma entidade de

direito privada.

2. Subsistindo o empate, nas situações acima previstas o júri deve ordenar os candidatos preferencialmente em função da maior classificação obtida nos métodos de seleção pela ordem em que foram aplicados, quando outra forma de desempate não tenha sido publicitada no regulamento do procedimento concursal.
3. A apresentação da prova de desemprego é efetuada no ato da **entrevista final** de seleção, através da declaração negativa de inscrição no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ou declaração negativa de rendimentos da Repartição de Finanças do local de residência do candidato ou de qualquer dos seus serviços centrais.

IX.

Classificação e ordenação final dos candidatos após aplicação de cada método de seleção

1. Após a aplicação de cada um dos métodos de seleção, é **elaborada a lista** de classificação final **provisória** dos candidatos **excluídos** do concurso e **admitidos** à fase seguinte;
2. Findo os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos o júri elabora as **seguintes listas** de classificação **final definitivas**:
 - a) a lista de classificação final dos candidatos admitidos à etapa de aplicação do método seguinte;
 - b) a lista de classificação final dos candidatos excluídos do concurso.
3. Nos métodos de seleção em que **o resultado não é valorado** as listas de classificação final dos candidatos, são **ordenadas por ordem alfabética**.
4. Nos métodos de seleção em que **o resultado é valorado na escala de 0 a 20** valores, as listas são **ordenadas por ordem decrescente**.
5. Na elaboração das listas a classificação final dos candidatos o resultado dos métodos deve ser expresso de seguinte forma:
 - a) **Aceite e não aceite** após a triagem curricular;

- b) **Aprovados e não aprovados** após as provas de conhecimento;
 - c) **Muito favorável, favorável e não favorável** após aplicação das provas de avaliação de competências;
 - d) **Muito favorável, favorável e não favorável** após aplicação da entrevista de seleção;
6. As listas de classificação final provisória, devem indicar os prazos e as entidades junto da qual o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

X.

Classificação e ordenação final dos candidatos no concurso

1. Após a aplicação de todos os métodos de seleção é elaborada a lista de classificação e ordenação final provisória dos **candidatos selecionados e não selecionados no concurso**.
2. A lista de classificação e ordenação **final provisória é unitária**, e indica:
 - a) A classificação final de cada candidato, ordenada por ordem decrescente;
 - b) A indicação dos prazos e da entidade junto da qual o candidato interessado pode reclamar e interpor recurso hierárquico em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.
3. Findos os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos, o júri elabora as **seguintes listas finais** definitivas:
 - a) Lista final definitiva de todos os candidatos **admitidos no último método** de seleção aplicado no procedimento concursal;
 - b) Lista final definitiva dos candidatos **excluídos** do concurso;
 - c) Lista final definitiva dos candidatos **selecionados** para o provimento das vagas abertas ao concurso.
 - d) Lista final dos candidatos que integram a **reserva de recrutamento** caso houver.
4. Os prazos e as entidades junto da qual o candidato interessado pode reclamar

e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

XI.

Publicação dos resultados

As listas resultantes da verificação documental, da aplicação de cada um dos métodos de seleção, e classificação final são publicadas no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP e no site oficial do INSP <https://www.insp.gov.cv>.

1. A **notificação dos candidatos** é efetuada com a publicação da lista final provisória dos candidatos excluídos do concurso e admitidos à fase seguinte do procedimento concursal.
2. São ainda publicadas as informações relativas à data, hora, local e orientações para o programa das provas de conhecimentos, provas físicas, curso específico de formação, provas de avaliação de competências, a agenda de entrevista de seleção caso couber e quaisquer outras informações pertinentes cuja necessidade surja no decorrer do procedimento.
3. **A consulta das listas e das informações publicadas é da inteira responsabilidade do candidato.**

XII.

Acesso à informação

1. Para os **esclarecimentos** relativos à **publicação do regulamento, submissão das candidaturas e publicação das listas e recurso**, o candidato deve contactar a DNAP através dos números de telefone 3337317/3337312 ou ainda através do endereço de correio eletrónico concursos.publicos.rh@gmail.com.
2. Para **as demais informações relacionadas ao concurso** o candidato deve contactar o presidente da comissão de gestão do processo de recrutamento da entidade promotora ou elemento da comissão designado como ponto focal para o procedimento concursal, através do telefone 2612167 ou através do endereço de correio eletrónico insp.concursos@insp.gov.cv.
3. Os candidatos podem ter acesso ao seu dossier de candidatura, prova de conhecimentos e grelha de correção no **Instituto Nacional de Saúde Pública,**

entidade promotora do concurso.

XIII.

Reclamações

1. As **listas provisórias** dos candidatos excluídos do concurso, e admitidos ao método de seleção seguinte, elaboradas na sequência da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção previstos no presente regulamento, **são passíveis de reclamação pelos candidatos.**
2. Apenas é aceite **uma reclamação** de exclusão de candidatos, desde que **se fundamente** na **existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares** aplicáveis aos procedimentos concursais.
3. As reclamações dos candidatos **são apresentadas, nos seguintes prazos:**
 - a) **três dias úteis**, após a publicação das listas de classificação final provisórias de candidatos admitidos e excluídos no termo da verificação documental ou da aplicação de cada um dos métodos de seleção utilizados;
 - b) **cinco dias úteis**, após a publicação da lista provisória da classificação final do concurso.
4. As reclamações dos candidatos são dirigidas ao Presidente do Júri de concurso e quando apresentadas em suporte papel entregue no Instituto Nacional de Saúde Pública, a entidade promotora de concurso, sito em Chã de Areia, CP nº 719, Cidade da Praia ou quando apresentadas por via eletrónica através do seguinte endereço de correio eletrónico INSP.Concursos@insp.gov.cv.
5. Em qualquer dos casos, deve o candidato imprimir e guardar o respetivo comprovativo.
6. A **decisão sobre a reclamação** deve ser proferida e comunicada ao candidato reclamante pela mesma via que este a apresentou, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar do dia seguinte à sua apresentação **sob pena de indeferimento tácito.**

XIV.

Recursos

1. As **decisões sobre as reclamações dos candidatos e as listas de classificação final definitiva** após a homologação do relatório de concurso **são passíveis de recurso pelos candidatos.**
2. Apenas é **aceite recurso** de exclusão de candidatos e de homologação da lista final definitiva dos candidatos, desde que **se fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares** aplicáveis aos procedimentos concursais.
3. **O recurso** dos candidatos é interposto no **prazo de cinco dias úteis**, a contar da notificação **da decisão proferida pelo júri de concurso sobre a reclamação ou da publicação da lista final definitiva.**
4. Os recursos dos candidatos em concursos abertos na Administração Pública Central, direta ou indireta, **são dirigidos ao dirigente máximo do Serviço Central**, quando apresentados em suporte papel na receção do Serviço Central ou quando apresentados por via eletrónica através do seguinte endereço do correio eletrónico recurso.recrutamentos@gmail.com.
5. Em qualquer dos casos, os candidatos devem imprimir e **guardar o recibo comprovativo** da apresentação do recurso.
6. A **decisão** sobre o recurso interposto deve ser proferida e comunicada ao recorrente pela mesma via que este o interpôs, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contardo dia seguinte à sua apresentação, **sob pena de indeferimento tácito.**

XV.

Cessação dos procedimentos concursais

1. Os procedimentos **concursais comuns** cessam com o preenchimento das vagas constantes dos correspondentes anúncios de abertura ou quando as mesmas não possam ser totalmente preenchidas por inexistência ou insuficiência de candidatos.
2. Em situações excecionais, devidamente fundamentadas pela entidade promotora do concurso pode, ainda, o concurso cessar por decisão do respetivo

membro de Governo ou dirigente máximo, desde que não se tenha procedido à notificação da lista de classificação final dos candidatos.

XVI.

Prazo de validade do Concurso

O presente concurso é válido pelo **prazo de dois anos** após a data **da publicação da listade classificação final definitiva.**

XVII.

Integração dos candidatos na Reserva de recrutamento

Os candidatos selecionados no concurso, que não foram providos nas vagas abertas devido à limitação do número de vagas colocadas a concurso, integram a Reserva de recrutamento, por um período de dois anos a partir da data da publicação da lista de classificação final do concurso.

XVIII.

Data de publicação do regulamento

O presente regulamento foi publicado no dia 01 de agosto de 2023.

ANEXO I

Modelo de Requerimento de Candidatura

(a que faz referência a alínea a) do ponto 3.1 do Item VI do
Regulamento)

Ao Presidente do Conselho de Administração do INSP,

Assunto: Apresentação de Candidatura

Entidade Promotora do Concurso (a): _____

Procedimento Concursal N.º (b): _____/_____/_____, publicado no B.O. nº

de _____/_____/_____.

(c): _____,

nascido (a) em ___/___/_____, telefone (s) n.º (s) _____, residente em

_____, endereço(s) de correio eletrónico

_____, vem, apresentar a sua candidatura no procedimento concursal supra referenciado, apresentando em anexo **(d):** _____ documentos exigidos no anúncio e no regulamento do concurso. Por esta via declaro que, caso não seja selecionado no concurso, a entidade promotora deve proceder à destruição dos documentos constantes da minha candidatura, se, no prazo máximo de noventa dias, após a publicação do resultado final do concurso não proceder ao seu levantamento.

O (A) candidato (a) _____

Código referências.

- a) Introduzir o nome da entidade promotora
- b) Indicar o número do concurso conforme anúncio de concurso publicado no Boletim Oficial, a sigla do Departamento governamental e o ano de abertura de concurso.
- c) Indicar o nome do candidato, a data de nascimento, o contacto telefónico, o local de residência, o endereço do correio eletrónico.
- d) Indicar o número de documentos anexo ao requerimento de apresentação de candidatura.

ANEXO II

Matérias para a prova de conhecimentos

Matérias específicas:

- Controlo da Qualidade Laboratorial: princípios de controlo da qualidade, calibração, controlo de qualidade interno e externo;
- Conceitos, fisiopatologia, avaliação e interpretação laboratorial nas áreas de: Bacteriologia Clínica; Hematologia; Bioquímica Clínica, Imunologia; Parasitologia; Virologia; Micologia Clínica;
- Biologia molecular: noções da genética molecular, técnicas de biologia molecular e sua aplicação no diagnóstico/investigação de surtos, e sequenciação.
- Biossegurança: medidas de prevenção de acidentes, normas de biossegurança no laboratório, transportes de substância infecciosas, Bioproteção.
- Colheita de amostras biológicas e alimentares e variáveis das fases do processo analítico;
- Valores de referência: Estabelecimento e importância.
- Métodos e técnicas laboratoriais: tipos de ensaios, características e aplicações, na investigação de surtos e na monitorização de agentes patogénicos.
- Preparação de Meios de Cultura, Soluções, Reagentes e Corantes ;
- Noções de Saúde Pública, Vigilância e epidemiologia e o papel do laboratório nessas áreas.

Legislações do setor:

- Estatuto do Instituto Nacional de Saúde Pública - INSP Decreto Regulamentar nº 23/2014 de 10 de junho;
- Regime Jurídico Geral dos Institutos Públicos - Lei nº 92/VIII/2015, de 13 de julho.

Da Administração Pública

- Lei nº 20/X/2023, de 24 de março – Lei de Bases do Emprego Público;
- Decreto-Legislativo nº 18/97, de 10 de novembro – Bases gerais do procedimento administrativo gracioso;
- Lei nº 39/VI/2004, de 2 de fevereiro – Medidas de modernização administrativa;
- Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro – Mobilidade profissional e territorial dos funcionários;
- Decreto-Legislativo nº 8/97, de 8 de maio - Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública;
- Decreto-Lei nº 3/2010 de 8 de março – Férias, faltas e licença dos funcionários da Administração Pública;
- Decreto-Lei nº 2/2013, de 11 de novembro - Horário de trabalho na Administração Pública.

ANEXO III

(Declaração de compromisso)

(a que faz referência a alínea h) do ponto 3.1 do Item VI do
Regulamento)

Declaração

Eu,.....

(estado civil) portador do B.I. n.º, emitido
em/...../....., pelo Arquivo de Identificação.....,
declaro sob compromisso de honra, que a ser selecionado para o cargo de Técnico
Nível II, estarei disponível para trabalhar em qualquer parte do Território Nacional.

Data: ____/____/____

(Assinatura reconhecida por Notário)